



RQS
00044/2022

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2022
(da Senadora Soraya Thronicke)

Requer informações à Secretaria Nacional do Consumidor ("SENACON"), quanto ao vazamento de dados de clientes da empresa Acesso Soluções de Pagamento S.A. e possíveis práticas irregulares cometidas por *exchanges* estrangeiras de criptomoedas.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal, em razão do comunicado emitido pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2022, quanto ao incidente de segurança com dados pessoais vinculados a 160.147 (cento e sessenta mil cento e quarenta e sete) chaves Pix sob a guarda e a responsabilidade da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Acesso), que, ouvida a mesa, sejam solicitadas informações à Secretária Nacional do Consumidor, dra. Juliana Oliveira Domingues, no sentido de esclarecer a esta Casa:

- a) Quais são as iniciativas tomadas pela Secretaria Nacional do Consumidor para garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores quando há vazamento de dados, seja por instituição financeiras ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil?
- b) Há alguma investigação preliminar, aberta por esta Secretaria Nacional do Consumidor, para apurar o vazamento de dados do PIX pela empresa Acesso Soluções de Pagamento S.A., tal como ocorreu com o Banco do Estado de Sergipe?



SF/22340.01673-03



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

- c) A Secretaria Nacional do Consumidor tem tomado alguma medida dentre as que lhe cabe, dispostas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor, para evitar que essas imprudências, que resultam no vazamento de importantes dados dos consumidores, tornem a ocorrer?
- d) Quais são as medidas adotadas por esta Secretaria Nacional do Consumidor para controle e fiscalização das *exchanges* estrangeiras de criptomoedas, como a Binance, FTX, dentre outras, visto que estas não possuem sede no Brasil, mas oferecem produtos para brasileiros sem cumprir a legislação vigente?
- e) Há alguma investigação em andamento, perante a SENACON, para apurar se *exchanges* estrangeiras de criptomoedas têm adotado práticas lesivas ao consumidor brasileiro, infringindo direitos garantidos pela legislação nacional?
- f) Há algum requerimento desta Secretaria Nacional do Consumidor, perante à polícia judiciária, no sentido de solicitar instauração de inquérito policial face as Exchanges estrangeiras de criptomoedas para a apreciação de possível violação dos direitos dos consumidores, nos termos do artigo 106, V, do Código de Defesa do Consumidor?

JUSTIFICATIVA

De acordo com comunicado emitido pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2022, houve incidente de segurança com dados pessoais



SF/22340.01673-03



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

vinculados a 160.147 (cento e sessenta mil e cento e quarenta e sete) chaves Pix sob a guarda e a responsabilidade da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Acesso).

O ocorrido deu-se em razão de falhas pontuais no sistema de segurança da instituição de pagamento. Dados de natureza cadastral foram expostos, como nome de usuário, CPF, instituição de relacionamento e número da agência e conta.

Ademais, *exchanges* estrangeiras de criptomoedas, como a Binance, utilizam-se da estrutura da Acesso Soluções de Pagamento S.A. para realizar as suas operações no país.

Após diversas reclamações por parte de consumidores em diversos sítios eletrônicos, como o site “Reclame Aqui”, questiona-se a conduta da Binance, maior corretora de criptomoedas em volume de *trading* do mundo, face as normas brasileiras.

A FTX, *exchange* de criptomoeda, apesar de não utilizar a estrutura da Acesso Soluções de Pagamento S.A., também coleciona diversas reclamações no site “Reclame Aqui”, dentre elas destaca-se depósitos não creditados e problemas ao sacar o dinheiro da plataforma.

Como é sabido, a SENACON possui papel fundamental na defesa do consumidor brasileiro. Cabe a esta, promover a harmonização nas relações de consumo e planejar, elaborar e executar políticas nacionais que garantam a proteção e exercício dos direitos dos consumidores brasileiros.

Desta feita, atenta e preocupada com alternativas que possam diminuir a possibilidade de vazamento de dados por instituições autorizadas a



SF/22340.01673-03



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como evitar possível violação de normas por *exchanges* estrangeiras de criptomoedas, enviamos o presente requerimento, a fim de que os ocorridos sejam investigados com adequada atenção e seriedade.

Diante de todo o exposto, solicito a Vossa Excelência encaminhamento do presente Requerimento de Informações à Secretária nacional o consumidor, dra. Juliana Oliveira Domingues, na forma disciplinada no Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

Na oportunidade, expresso meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL - MS



SF/22340.01673-03

Para "proteger usuários", Nubank bloqueia compras na Binance e revolta usuários



Por: **Matheus Henrique** 04/02/2022 14:45



Escritório do Nubank /Divulgação

Apesar dos bancos digitais trazerem várias vantagens e até mesmo muitas liberdades para seus clientes, eles ainda acabam cometendo alguns deslizes como os bancos tradicionais. Recentemente o **Nubank**, um dos mais conhecidos bancos digitais do Brasil, **acabou irritando vários**



clientes após se negar a processar pagamentos na Binance, a maior corretora de criptomoedas do mundo.



Vários clientes do Nubank publicaram reclamações no site Reclame Aqui com certas similaridades. O banco digital vem negando compras realizadas na Binance e impedindo que seus clientes possam negociar com a corretora.

Segundo as reclamações no Reclame Aqui, usuários não estão conseguindo usar o cartão de crédito para comprar criptomoedas, o que, claro, pode prejudicar muitos que estão buscando por oportunidades de ganhar com negociações.

“Tentei usar o cartão de crédito para comprar uma criptomoeda em ascensão na Binance e eu perdi uma oportunidade única em minha vida devido a Nubank não autorizar compras em corretoras do tipo.”, afirmou um dos clientes do nubank.

Usuários revoltados

Outros usuários até mesmo criticaram o fato de eles não poderem fazer o que quiserem com o próprio cartão e dinheiro.

Um dos clientes do Nubank falou sobre como ele fazia negociações em criptomoedas, mas que logo após trocar para o Nubank acabou “ficando na mão”.



“(...) Na primeira compra de criptomoedas com o Nubank ele diz que não é autorizado comprar nesse estabelecimento. Fiquei na mão... Compra internacional pela internet, mais de R\$ 4.000,00 de limite disponível no cartão Nubank, valor da compra R\$ 1.000,00 e o estabelecimento foi a Binance, uma das maiores corretoras do mundo de criptomoedas, confio 100%. E porque não posso usar meu cartão onde eu quiser?”, diz uma das reclamações.



Algumas das reclamações feitas por clientes do Nubank que tentaram realizar compras na Binance.

Outros até mesmo reclamaram que, apesar da compra rejeitada, o valor foi cobrado na fatura do cartão de crédito, dando um susto no cliente,



mesmo que tenha sido apenas um mal-entendido que já foi explicado pelo banco.



“Comprei criptomoedas pelo aplicativo da Binance, porém foi rejeitado pelo mesmo. Ao verificar meu cartão (Nubank) foi cobrado o valor (R\$150) da compra rejeitada. Já tentei diversos contatos com ambos os bancos e ninguém resolve meu problema. Como vou pagar por aquilo que não recebi?”

Por que o Nubank está proibindo compras na Binance?

Não é nenhum segredo que os bancos sempre tiveram certos preconceitos com as criptomoedas, muitos acreditam que por medo da concorrência desse setor, e o Nubank não é diferente.

Como o próprio Nubank explicou para os clientes no Reclame Aqui, o banco optou por não aprovar mais compras feitas em qualquer tipo de corretora que tenha ligação com serviços que a entidade **considere perigosos para os clientes**.

Sendo assim, o Nubank controla o dinheiro dos clientes para protegê-los.

“Nós optamos por não aprovar compras feitas em corretoras e/ou empresas que possuem negociações de câmbio, contratos de diferenças (CFDs) ou spread betting.



Tais operações financeiras possuem riscos envolvidos e não são alinhadas à nossa política de uso do cartão de crédito.”, afirmou o nubank em resposta aos clientes.



Não se sabe se as transferências para a Binance estão sendo afetadas e o PIX ainda está funcionando normalmente (ao que tudo indica) para quem quiser negociar com a corretora.

Compre Bitcoin na Coinext

Compre Bitcoin e outras criptomoedas na corretora mais segura do Brasil. Cadastre-se e veja como é simples, acesse: <https://coinext.com.br>.

Siga o Livecoins no [Facebook](#), [Twitter](#), [Instagram](#) e [YouTube](#).

Leia mais sobre:

[Bitcoin](#)[BTCBRL](#)[BTCUSD](#)[Criptomoedas](#)[Notícias](#)[Notícias Bitcoin](#)[Nubank](#)



Home → Future of Money → Regulação
→ Após Japão e Reino Unido, reguladores de outros países pressionam Binance

REGULAÇÃO

Após Japão e Reino Unido, reguladores de outros países pressionam Binance

Maior corretora de criptoativos do mundo por volume de negociação agora enfrenta pressões regulatórias em Singapura, Tailândia e nas Ilhas Cayman

Por **Gabriel Rubinstein**

Publicado em: 02/07/2021 às 10h56

Alterado em: 02/07/2021 às 14h59

🕒 Tempo de leitura: 3 min



(SOPA Images/Getty Images)

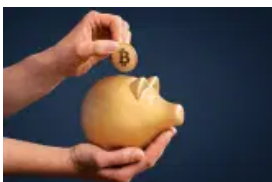
Maior corretora de **criptoativos** por volume de negociação, a Binance enfrenta problemas com relação a reguladores de diferentes países. Depois de ter parte de suas operações interrompidas no Reino Unido na última semana e de ter recebido uma advertência de autoridades do **Japão**, agora a empresa comandada por Changpeng Zhao (CZ) enfrenta problemas na Tailândia, em Singapura e nas Ilhas Cayman.

SF/22340.01673-03

PUBLICIDADE



Veja também



Criptoativos

Mesmo com queda, bitcoin é o melhor investimento no Brasil no semestre

🕒 1 jul 2021 - 16h07



APRESENTADO POR O BOTICARIO

Grupo Boticário anuncia meta de banir ingredientes de origem animal



Nas ilhas caribenhas, que são território britânico, a Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA, na sigla em inglês) declarou que a corretora de criptoativos Binance não está registrada em sua jurisdição e que investiga a empresa.

"A Autoridade está investigando se a Binance, a Binance Group, a Binance Holdings Limited ou qualquer outra companhia afiliada a este grupo de empresas está operando quaisquer atividades nas ou das Ilhas Cayman que possam cair no âmbito da supervisão regulatória da Autoridade", diz a CIMA, em nota, ressaltando que, para realizar atividades com criptoativos no país, as empresas devem cumprir a Lei de Ativos Virtuais.

Em nota enviada à EXAME, a Binance afirma que "sempre operou de forma descentralizada": "A Binance.com não opera uma bolsa de criptoativos nas Ilhas Cayman, como foi incorretamente publicado em alguns veículos de imprensa. Temos, no entanto, entidades incorporadas de acordo com as leis das Ilhas Cayman para realizar atividades permitidas de acordo com a lei e sem relação com operações de negociação de criptoativos. Trabalharemos com os reguladores para direcionar quaisquer questões que eles possam ter".

Ao mesmo tempo, a Autoridade Regulatória de Singapura (MAS), que além de regulador financeiro também representa o banco central da pequena ilha asiática, afirmou que está monitorando o desenvolvimento regulatório da Binance Holdings Ltd e que vai "acompanhar de perto" a subsidiária local da companhia, a Binance Asia Services Pte.

PUBLICIDADE



Por enquanto, segundo a MAS, a Binance tem um período de "testes" enquanto a autarquia analisa o seu pedido de licença: "Estamos cientes das ações tomadas por outros reguladores em relação à Binance e tomaremos as medidas apropriadas", afirmou o órgão, que tem uma das regulações mais rígidas em relação aos criptoativos no mundo.



- **Invista em bitcoin com apoio dos assessores do maior banco de investimentos da América Latina. Abra sua conta no BTG**

Já na [Tailândia](#), a disputa entre os reguladores do país e a empresa já estão em estágio mais avançado. O país, que recentemente proibiu uma série de ativos digitais como as criptomoedas-meme, os NFTs e tokens de torcedor (fan tokens), a Comissão de Valores Mobiliários (SEC, em inglês) local registrou uma queixa criminal contra a operação da Binance por supostamente operar no país sem nenhum tipo de licença.

Segundo o órgão, a Binance "falhou em responder no prazo devido a um aviso anterior" e a empresa promoveu seus produtos especificamente ao público tailandês através de seu site oficial e de sua página no Facebook, o que significaria que a empresa está operando no país sem autorização.

"Somente provedores que obtiveram as devidas licenças emitidas podem prover serviços relacionados a ativos digitais, negociação, depósitos, transferências, saques ou quaisquer transações relacionadas a ativos digitais", disse a SEC tailandesa, em comunicado.

Sobre as situações em [Singapura](#) e na Tailândia, que se tornaram públicas na manhã desta sexta-feira, 2, a empresa ainda não se posicionou.

SF/22340.01673-03

Veja também



Criptoativos

Gigante de pagamentos vai levar bitcoin e criptomoedas a 650 bancos

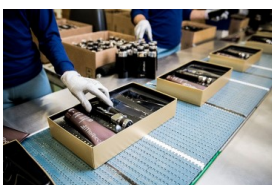
🕒 30 jun 2021 - 12h06



Invest

Ibovespa sobe após criação de empregos surpreender nos EUA

🕒 2 jul 2021 - 10h07



APRESENTADO POR O BOTICARIO

Grupo Boticário anuncia meta de banir ingredientes de origem animal





Veja também



Assine a nossa newsletter e acompanhe as últimas do FM!

Seu nome



Seu e-mail

Inscreva-se



ASSINE

FALE CONOSCO



Institucional

Editorias

A

Termos de Uso	Últimas Notícias	Especiais	Mundo	
Condições de uso de dados da Exame	Casual	ESG	Negócios	
Política de Privacidade	Carreira	Future of Money	PME	
Política de Cookies	Ciência	Invest	Seguros	
	Colunistas	Marketing	Tecnologia	
	Economia	Mercados	Vídeos	
	Eventos	Minhas Finanças		

Copyright Exame | Todos os direitos reservados. | É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Exame.



E-BOOK  IR 2021 NOTÍCIAS ▾

COTAÇÃO DO BITCOIN



 **Bitcoin IPB** 18/Out. 16:20  **Bitcoin**  **BTC**  **Ethereum** **ETH**  **XRP**

R\$ 341.805,85 ▲ **0,18%** 61.328,67 USD ▲ **1,02%** 3.704,60 USD ▼ **2,33%** 1,07 USD



CEO da Binance volta a afirmar que empresa não tem sede

CEO da Binance, Changpeng Zhao, mais uma vez insistiu que a Binance é uma empresa sem sede

por  **Decrypt** — 07 Maio, 2021 18:31





Changpeng Zhao, CEO da Binance (Foto: Reprodução)

SF/22340.01673-03

Changpeng “CZ” Zhao, CEO da gigantesca bolsa de criptomoedas Binance, ainda insiste que sua empresa não tem sede. Sua explicação veio durante uma entrevista com o editor-chefe do Decrypt, Daniel Roberts, durante o Ethereum Virtual Summit deste ano.

“A definição de cada um sobre a sede de uma empresa é um pouco diferente”, disse CZ. “Quando você pergunta como define uma sede – é um escritório onde as pessoas se sentam? Trabalhei em casa nos últimos três anos e meio. Nossa equipe de liderança não está sentada em um escritório, não temos um lugar claro para onde possamos ir, pelas definições normais da maioria das pessoas de uma sede que podemos chamar de sede. Portanto, quando as pessoas me perguntam, não quero dar uma resposta errada apenas para satisfazer sua definição. “

Claro, não há controvérsia sobre a definição da sede de uma empresa. A sede de uma empresa são os seus escritórios comerciais principais, normalmente registrados legalmente como o endereço de onde a empresa é administrada.

CZ acrescentou que, quando as pessoas pensam sobre sua ideia tradicional de empresa, “elas pensam em uma sede, um escritório, uma conta bancária, um registro etc. Mas hoje você pode administrar organizações provavelmente com nenhum desses.”

Leia também

- ▶ **Binance registra três novas empresas na Irlanda em 10 dias**
- ▶ **Binance limita saques e depósitos em reais no período noturno por mudanças no Pix**
- ▶ **Binance é investigada por manipulação de mercado nos EUA, diz Bloomberg**

O mercado há muito tempo está curioso para saber onde está a sede da Binance, porque isso forneceria uma janela para o status regulatório da empresa – um assunto que, até o momento, permanece obscuro.

História regulatória da Binance

O exchange teve um relacionamento desafiador com os reguladores em sua história. Em 2017, Binance deixou a China, abrindo um escritório no Japão e em Taiwan, antes de ir para Malta – uma jurisdição bem conhecida por suas regulamentações frouxas.



SF/22340.01673-03

Mas no ano passado, Malta esclareceu que a Binance não tem licença para operar no país. Cinco meses depois, a Comissão de Valores Mobiliários da Malásia alegou que Binance estava operando ilegalmente no país. Na época, a equipe de suporte da Binance disse ao Decrypt que as operações da Binance estavam funcionando bem na Malásia.

Em 2017, o mesmo ano em que a Binance deixou a China, empresa registrou a Binance Holdings Limited em Georgetown, nas Ilhas Cayman. Um documento de vínculo corporativo visto anteriormente pelo Decrypt mostra as Ilhas Cayman como a sede da Binance. Além do mais, Binance já havia usado esse endereço para registrar várias marcas comerciais do nome e logotipo da Binance.

Em 2019, a Binance também registrou a Binance Investments Company nas ilhas Seychelles.

Hoje, a Binance US – braço da binance registrado em vários estados americanos – está no meio de um confronto com a US Commodity Trading Futures Commission (CTFC). O CTFC lançou uma investigação sobre a Binance por supostamente permitir que traders americanos realizassem transações que violam as regulamentações existentes nos Estados Unidos. Quando o Decrypt pediu a CZ para comentar sobre esta investigação no mês passado, ele recusou.

*Traduzido e editado com autorização da [Decrypt.co](https://decrypt.co)



Tudo sobre: **Binance**



Compartilhar



Tweet



Enviar



Compartilhar



Relacionadas

Projeto DeFi descobre identidade de jovem hacker que roubou US\$ 16 milhões

Gestora de investimentos ligada ao Itaú faz compra de Ethereum para testar mercado

Ações da empresa de criptomoedas Bakkt estreiam na Bolsa de Nova York

Alta do Bitcoin faz aposta da Tesla, Microstrategy e Square disparar em lucro não realizado

Agência de classificação de risco faz alerta contra risco das stablecoins

CARREGAR MAIS



SF/22340.01673-03

2 Comentários

Portal do Bitcoin



1

Entrar ▾

Recomendar

Tweet

Compartilhar

Ordenar por Mais votados ▾

Participe da discussão...

FAZER LOGIN COM

OU REGISTRE-SE NO DISQUS

Nome

Roberto Novakosky • 5 meses atrás

kkkk, preciso no IRPF dizer em que país fica a Binance, e aí?
Será que Republic of Seychelles é o mais correto ?

| • Responder • Compartilhar ›

Renato Veiga • 5 meses atrás

Tudo nebuloso

Portal do Bitcoin é líder em notícias sobre bitcoin e mercado brasileiro de criptomoedas.



Notícias

Últimas notícias

Bitcoin

Criptomoedas

Blockchain

Brasil

Fintech

Ferramentas

Assuntos

Cotação do Bitcoin

Cotação das Criptomoedas



SF/22340.01673-03

[E-book Declaração IR Criptoativos](#)

[Calendário de Eventos](#)

[Sitemap](#)

Informações

[Quem somos](#)

[Contato](#)

[Anuncie](#)

[Trabalhe Conosco](#)

[Denúncia](#)

© 2017-2021 Portal do Bitcoin. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo sem autorização prévia.



SF/22340.01673-03

**seudinheiro®**

Dados da Bolsa por TradingView

Ibovespa 114707.74 D Dólar 5.5166
^ 0.05% 59.75 ^ 1.02% 0.0555 1/

CERCO FECHADO

Binance corrige irregularidades, mas segue proibida de atuar no Reino Unido; entenda a polêmica envolvendo a corretora de criptomoedas

O regulador do país reconhece que a empresa cumpriu todos os requisitos solicitados, mas reforça que a corretora “ainda é incapaz de conduzir operações reguladas”

Seu Dinheiro

25 de agosto de 2021 ⌚ 15:55 - atualizado às 19:19



As atividades da corretora de criptomoeda também estão no radar de autoridades financeiras de outros países, incluindo Estados Unidos, Alemanha, Holanda e Brasil. Imagem: Shutterstock



SF/22340.01673-03



Unido, decidiu **manter a proibição às operações** da filial britânica da maior corretora de criptomoedas do mundo.

O regulador, que equivale à nossa Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já havia expressado publicamente, em 24 de junho, **preocupações com a atuação da empresa**, que teria se "recusado" a fornecer informações básicas sobre serviços, produtos e riscos associados a eles.

Na época, a FCA destacou que a corretora não possuía as autorizações necessárias para atuar no país e decretou a suspensão das atividades. A decisão foi considerada o primeiro grande cerco regulatório contra grandes atores do setor de criptoativos.

Em uma atualização ao comunicado, divulgada nesta quarta-feira (25), a autarquia reconheceu que a **Binance** cumpriu todos os requisitos solicitados, mas reforçou que a companhia "ainda é incapaz de conduzir operações reguladas no Reino Unido".

Leia também:

Em busca de credibilidade, Binance contrata especialista em segurança digital após acusações de lavagem de dinheiro com criptomoedas

Binance está "em rota" de fazer um IPO, segundo CEO da corretora

Operação Kryptos: PF prende faraó do 'Novo Egito' que aplicava golpes em esquema de pirâmide com bitcoin (BTC)

Problemas não param no Reino Unido

As atividades da corretora de criptomoedas também estão no radar de autoridades financeiras de outros países, incluindo Estados Unidos, Alemanha, Holanda e Brasil. Após uma notificação da CVM em julho, a **Binance** deixou de oferecer a negociação de contratos futuros por aqui, pois não possuía autorização para operações do tipo.

Ainda no mesmo mês, a **Itália também se juntou ao grupo** e impôs restrições. A agência reguladora italiana Consob afirmou que a exchange não tem autorização para oferecer serviços financeiros no país.





a alta volatilidade e complexidade, além de "mau funcionamento e ciberataques".

Fraude em criptomoedas: carro de luxo do rei do bitcoin vira viatura da polícia após apreensão. Entenda o caso no vídeo abaixo e inscreva-se no [canal do Seu Dinheiro no YouTube](#) para mais conteúdos exclusivos:

FRAUDE EM CRIPTOMOEDAS: carro de luxo do re...



Investigação criminal

Já nos Estados Unidos, o problema vai além de imbróglis com reguladores e [foi parar na esfera criminal](#). A **Binance** está sob investigação do Departamento de Justiça e Receita Federal dos Estados Unidos, com suspeitas de lavagem de dinheiro e evasão fiscal.

Desde 2019, a empresa não oferece mais serviços de trading de criptomoedas para quem mora nos Estados Unidos. Entretanto, existem suspeitas de que a exchange tenha clientes em solo americano.

De acordo com o governo americano, a corretora tem conseguido escapar das acusações por não estar sediada no país. A **Binance** tem sede corporativa em Cingapura e escritórios nas Ilhas Cayman



**seudinheiro®**

Siga-nos em nossas redes e seja sempre o primeiro a saber

Seu Dinheiro

seudinheiro@seudinheiro.com



Comentários

0 comentários

Classificar por

Mais antigos



Adicione um comentário...

[Plugin de comentários do Facebook](#)

Leia também



Fachada de uma unidade do Laboratório Marcelo Magalhães

MOVIMENTANDO O MERCADO

Fleury (FLRY3) compra Laboratório Marcelo Magalhães; saiba mais sobre aquisição, a segunda maior na história do grupo



**seudinheiro®**

Getnet (GETNET) ganha vida própria e estreia na B3 com o pe aneiro, ações ordinárias e preferenciais disparam mais de 100%

fachada de uma loja da Oi (OIBR3 e OIBR4)

VENDA DE ATIVOS

A Oi (OIBR3 e OIBR4) está mais perto da virada com um sinal verde do Cade

gráfico de desempenho

EXILE ON WALL STREET

Escolhas de mercado, fusões e aquisições são quatro vezes mais importantes do que desempenho de uma empresa — e eu te provo isso aqui

bitcoin passa por leve correção hoje

BITCOIN (BTC) HOJE

Bitcoin (BTC) tem correção após atingir US\$ 62 mil com aprovação de ETF nos EUA

Investidor tem um binóculo com gráficos do Ibovespa e a bandeira da CHina

MERCADOS HOJE

Economia chinesa volta a decepcionar, mas Ibovespa ensaia recuperação após virada em NY

crise energetica matheus spiess

CRISE ENERGÉTICA GLOBAL

Crise energética global: entenda o que pode mudar nos seus investimentos

painel solar

O MELHOR DO SEU DINHEIRO

Energia solar vale a pena? Temporada de balanços, China, novo horário da B3 e outros destaques

**seudinheiro®**

atras e muíher com o logo da americanas atras

NOVELA AMERICANA

Americanas (AMER3) estuda descomplicar reestruturação e ter empresa única no Novo Mercado da B3; entenda

 queda do mercado, tudo em vermelho

TENDÊNCIAS DA BOLSA

AGORA: Ibovespa futuro segue mau humor internacional e cai após abertura; dólar avança

 Ibovespa

SEGREDOS DA BOLSA

Esquenta dos mercados: investidor deve ficar de olho na PEC dos precatórios, risco fiscal e Livro Bege esta semana; saiba o que esperar

 bandeira da China

TEMPESTADE PERFEITA

Sob impacto de variante delta, enchentes e crises energética e imobiliária, PIB da China cresce menos que o esperado no 3º trimestre

 Brasília,,Federal,District,-,Brazi.,September,,12,,2020.,The,National

EM FORMATAÇÃO

Com promessa de 'zelo fiscal', ministro diz que Auxílio Brasil deve ser de R\$ 300 por mês e atingir 17 milhões de pessoas

 Fachada da sede da B3 (B3SA3), em São Paulo. A temporada de resultados do terceiro trimestre começa no dia 22; o calendário de balanços do Seu Dinheiro está nesta matéria

TEMPORADA DE RESULTADOS

Confira o calendário de balanços do terceiro trimestre com mais de 200 empresas da bolsa



SF/22340.01673-03





seudinheiro[®]

Carregar mais notícias



[Política de privacidade](#)

E-mail: contato@seudinheiro.com

CNPJ: 33.523.405/0001-63

Telefone: 11 4003-3227

Horário de atendimento das 10:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta exceto feriados

Copyright © 2018 Seu Dinheiro

Todos os direitos reservados.





%

Vale ON 91.13 ▼ -0.28%

Itaú PN 24.58 ▼ -3.98%

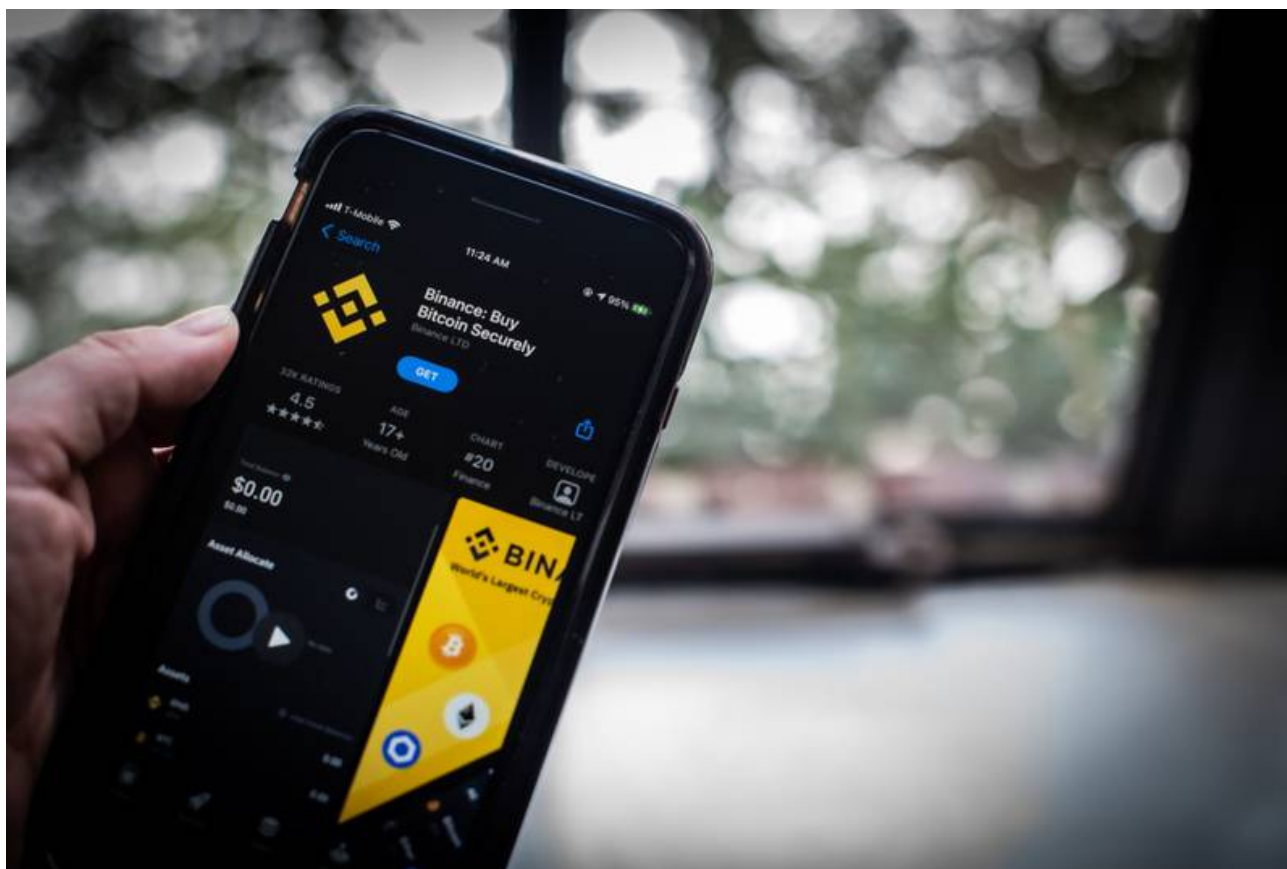
Magalu 6.58 ▲ +0.61

Oferecido por
ion

Cripto

Binance trabalha para se estabelecer no Reino Unido após revés de autoridades

Com aprovação do órgão regulador, empresa poderá oferecer produtos como futuros e derivativos no país



Reviravolta Companhia foi banida do Reino Unido no início do ano (Tiffany Hagler-Geard/Bloomberg)

Por William Mathis

05 de Dezembro, 2021 | 01:36 pm



SF/22340.01673-03

Tempo de leitura: 1 minuto

Últimas cotações

Ibovespa
112,405.30
▲ +0.15%

Dólar
5.23
▼ -0.51%

Nasdaq
14,406.07
▲ +1.49%

Bloomberg — **A bolsa de criptomoedas Binance está trabalhando para estabelecer seus negócios no Reino Unido**, após o órgão regulador do país ter banido suas operações no início deste ano, disse o diretor executivo da empresa ao jornal Sunday Telegraph.

Em seis ou 18 meses, a Binance pretende se tornar uma empresa de criptoativos registrada no país, disse o CEO Changpeng Zhao ao jornal. A mudança permitiria que a maior bolsa de criptomoedas do mundo ofereça uma gama mais ampla de produtos.



O esforço vem após uma repreensão da Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido à entidade britânica da Binance em junho, em meio a uma repressão à indústria de criptomoedas. O fiscal financeiro ordenou que a Binance removesse a publicidade e deixasse claro em seu site que a empresa não tem permissão para operar no Reino Unido

Desde então, a Binance contratou algumas centenas de funcionários de compliance para trabalhar em um escritório no país, disse Zhao ao jornal.

Com a aprovação do regulador, a Binance pode oferecer produtos como futuros e derivados no Reino Unido, disse Zhao.

Veja mais em [bloomberg.com](https://www.bloomberg.com)

Leia também

[Binance reinicia saques de Dogecoin após ruzgas de Musk com CEO](#)

PUBLICIDADE

Binance vai construir sede para acalmar reguladores



Por: **Gustavo Bertolucci** 16/09/2021 14:36

A Binance em breve vai construir sua primeira sede, deixando a vista um endereço para seu escritório centralizado, medida tomada para acalmar os reguladores que não estão gostando do modelo “descentralizado” da empresa de criptomoedas.

Em uma entrevista para o South China Morning Post (SCMP), Changpeng Zhao, conhecido como CZ, declarou que as instituições financeiras começaram a se mover para o Bitcoin e demais criptomoedas. Dessa forma, o mercado está passando por um bom momento.

Além disso, bancos centrais estão criando suas próprias versões de moedas digitais, as CBDCs, sendo na visão de CZ portadoras de vantagens, mas muitas limitações. Na opinião dele, essas tecnologias educarão as pessoas sobre as criptomoedas.

Ele lembrou que os mercados de NFT e DeFi trouxeram grandes avanços para este ecossistema, que deverá continuar em pleno crescimento. Como estratégia, a



SF/22340.01673-03

Binance monitora as tendências do mercado e oferece suporte a elas, declarou CZ em sua entrevista.

Vale lembrar que a [Binance](#) atravessa um momento de pressão, que tem atrapalhado suas atividades em vários países. E esse também foi um tema que CZ acabou comentando sobre.

Modelo descentralizado de operação era defendido pela corretora, mas fim está próximo

Até então, as operações da Binance seguiam o ritmo do mercado de criptomoedas, ou seja, era descentralizada, com funcionários trabalhando em modelos home office e espalhados pelo mundo todo.

Ao **Livecoins**, em fevereiro de 2020, a corretora disse ter jurisdições em Singapura e acreditava na [descentralização em sua essência](#), após o governo de Malta negar ter escritórios da Binance no país.

“A Binance acredita na descentralização em sua essência. Desde a fundação, buscamos tornar nossas operações tão descentralizadas



SF/22340.01673-03

quanto possível. Não temos uma só “sede”, isso não é segredo.

Temos alguns escritórios e operações diretas em países em que as operações com criptomoedas são reguladas, como Binance Singapura e Binance US. De qualquer forma, a Binance é uma defensora convicta da descentralização.”

No entanto, [Singapura não é um país que permite mais as operações da Binance.com](#), carro chefe do grupo e principal empresa. Além disso, o modelo de descentralização não está mais convencendo os reguladores.

Para acalmar reguladores, Binance enfim terá uma sede fixa

Pelo menos foi isso que disse CZ em sua entrevista ao [SCMP](#), indicando que a Binance está buscando obter licenças nos países onde opera. Além disso, os reguladores estão perguntando para a empresa onde está sua sede, que o CEO da Binance afirmou ainda ser uma pergunta engraçada.

“Agora percebemos que para os reguladores, precisamos ser



centralizados. Então são perguntas muito simples que os reguladores nos perguntavam e que não podíamos responder, é engraçado porque o regulador pergunta onde fica sua sede e nossa resposta era não temos uma sede.”

CZ disse que os reguladores não estão sabendo lidar com a Binance no atual formato, visto que essa resposta não está tendo um bom desempenho com os reguladores, que veem a falta de sede como um ponto duvidoso na operação.

O CEO atual da Binance então declarou que para o negócio centralizado, eles irão criar uma estrutura física, ou seja, **a maior corretora do mundo enfim terá uma sede**, um “CEP” para acalmar os reguladores. Na sua entrevista, CZ não deixou claro nem onde e nem quando isso vai acontecer, mas a depender da pressão vivida pela corretora, não deverá muito para que essa sede surja em algum país.

Por fim, ele lembrou que as medidas de prevenção contra lavagem de dinheiro, KYC, entre outras estão sendo adotadas na corretora, que exige isso de todos os seus clientes. A Binance deverá continuar criando ferramentas para facilitar o trabalho para que os reguladores trabalhem com ela, mas ainda não foram



divulgados mais detalhes sobre o assunto.

O **Livecoins** confirmou com a divisão da Binance Brasil sobre os planos de criar um escritório, mas a novidade ainda não deverá chegar ao país por enquanto.

Siga o Livecoins no [Facebook](#),
[Twitter](#), [Instagram](#) e [YouTube](#).



SF/22340.01673-03

We use cookies to improve your online experience. Some cookies are necessary to make the site work. We'd like to set additional cookies to understand how the website is used. These are optional. All cookie data is anonymised. [View cookies.](#)

[Accept additional cookies](#)[Reject additional cookies](#)

[Home](#) / [News](#) / Consumer warning on Binance Markets Limited and the Binance Group

Consumer warning on Binance Markets Limited and the Binance Group

News stories | First published: 26/06/2021 | Last updated: 25/08/2021

[Share page](#)

Binance Markets Limited is not permitted to undertake any regulated activity in the UK. This firm is part of a wider Group (Binance Group).

Due to the imposition of requirements by the FCA, Binance Markets Limited is not currently permitted to undertake any regulated activities without the prior written consent of the FCA.

No other entity in the Binance Group holds any form of UK authorisation, registration or licence to conduct regulated activity in the UK.

The Binance Group appear to be offering UK customers a range of products and services via a website, [Binance.com](#).

Investing in cryptoassets generally

Be wary of adverts online and on social media promising high returns on investments in cryptoasset or cryptoasset-related products.

Most firms advertising and selling investments in cryptoassets are not authorised by the FCA. This means that if you invest in certain cryptoassets you will not have access to the [Financial Ombudsman Service](#) or the [Financial Services Compensation Scheme](#) if things go wrong.

While we don't regulate cryptoassets like Bitcoin or Ether, we do regulate certain cryptoasset derivatives (such as futures contracts, contracts for difference and options), as well as those cryptoassets we would consider 'securities' – [find out more information](#). A firm must be authorised by us to advertise or sell these products in the UK – check our [Register](#) to make sure the firm is authorised. You can also check our [Warning List](#) of firms to avoid.

You should do further research on the product you are considering and the firm you are considering investing with. Check with Companies House to see if the firm is registered as a UK company and



We use cookies to improve your online experience. Some cookies are necessary to make the site work. We'd like to set additional cookies to understand how the website is used. These are optional. All cookie data is anonymised. [View cookies.](#)

[Accept additional cookies](#)[Reject additional cookies](#)

25 August 2021 update

On 25 June 2021, the FCA imposed requirements on Binance Markets Limited. The firm complied with all aspects of the requirements. [See our Supervisory Notice](#). See the [FCA Register](#) for any requirements that apply to the firm. These requirements remain in place and BML are still unable to conduct regulated business in the UK.



Was this page helpful?

Yes No

[Submit Feedback](#)

Social

[Accessibility](#)[Complain about us](#)[Copyright notice](#)[Corporate responsibility](#)[Cymraeg](#)[Freedom of information](#)[Modern Slavery and Human Trafficking Statement](#)[Privacy](#)[Sitemap](#)[Translated languages](#)

We use cookies to improve your online experience. Some cookies are necessary to make the site work. We'd like to set additional cookies to understand how the website is used. These are optional. All cookie data is anonymised. [View cookies.](#)

Accept additional cookies

Reject additional cookies



Copyright © 2021 FCA. All rights reserved.

Company no. 01920623

A circular icon with a purple border and a white upward-pointing arrow.

Back to top



SF/22340.01673-03

FIRST SUPERVISORY NOTICE

To: **Binance Markets Limited**

Reference Number: **688849**

Address: **The Gridiron Building
1 Pancras Square
King's Cross
London
N1C 4AG**

Date: **25 June 2021**

1 ACTION

1.1 For the reasons given in this First Supervisory Notice, and pursuant to section 55L(3)(a) of the Financial Services and Markets Act 2000 ("the Act"), the Financial Conduct Authority ("the FCA") has decided to impose the following requirements ("the Requirements") on Binance Markets Limited ("the Firm").

- 1) The Firm must not, without the prior written consent of the FCA, carry out any regulated activities for which it has Part 4A permission with immediate effect.
- 2) By close of business on 30 June 2021, the Firm must display, in a prominent place on the website www.binance.com and any other communication channels or social media, including but not limited to, the Binance mobile and desktop applications a notice stating:

"The Financial Conduct Authority in the United Kingdom has asked us to issue the following statement. In the interests of clarity we are happy to do so.

Binance.com is a platform providing various products and services to global customers. Some of these products and services are regulated outside the UK, while others are not. Binance Markets Limited is a UK based company which has not yet carried out any business.

BINANCE MARKETS LIMITED IS NOT PERMITTED TO UNDERTAKE ANY REGULATED ACTIVITY IN THE UK.

Due to the imposition of requirements by the FCA, Binance Markets Limited is not currently permitted to undertake any regulated activities without the

prior written consent of the FCA. (No other entity in the Binance Group holds any form of UK authorisation, registration or license to conduct regulated activity in the UK). Such authorisation, registration or license is not required for unregulated activities.

As a result, the imposition of the FCA's requirements does not change any arrangements with users that use the products or services provided through www.binance.com. Accordingly, as requested by the FCA, Binance Markets Limited will obtain the FCA's prior consent before launching business and carrying on any regulated activities".

- 3) The Firm will remove, or where this is not practicable, give instructions for the removal of any advertising and financial promotions it currently has live, in whatever form they take by close of business on 30 June 2021.
- 4) The Firm must provide written confirmation of the steps it has taken to meet the requirements set out at 1.1(2) and 1.1(3) to the FCA by close of business on 30 June 2021.
- 5) The Firm must secure and preserve all records and/or information (physical or electronic) relating to all UK consumers from its systems in their original form, or in a copy proved to be identical to the material source. These must be retained in a form and at a location within the United Kingdom, to be notified to the FCA in writing by 2 July 2021, such that they can be provided to the FCA, or to a person named by the FCA, promptly on its request.

- 1.2 These Requirements will remain in force unless and until varied or cancelled by the FCA (either on the application of the Firm or of the FCA's own volition).

2 REASONS FOR ACTION

Summary

- 2.1 The FCA has concluded, on the basis of the facts and matters described below that, in respect of the Firm, it is necessary to exercise its power under section 55L(3)(a) of the Act to impose the Requirements on the Firm because:
 - i. it has failed, during a period of at least 12 months, to carry on a regulated activity to which the Part 4A permission relates;
 - ii. it is failing, or is likely to fail, to satisfy the Effective Supervision Threshold Condition; and
 - iii. it is desirable in order to advance the FCA's operational objective of securing an appropriate degree of protection for consumers.
- 2.2 The Firm, which was previously known as EddieUK, is an authorised investment firm, authorised since 13 April 2018. The Firm has been part of the Binance Group



SF/22340.01673-03

("the Group") since its acquisition by Binance Capital Management Ltd in May 2020. The Firm submitted its Change in Control notification to the FCA on 27 April 2020; the FCA approved the Change in Control on 29 May 2020. The permissions held by EddieUK were retained by the Firm following the Change in Control.

- 2.3 The Group is the world's largest global crypto exchange: 24 hour spot trading volumes for binance.com are estimated to be between \$11 billion and \$38 billion during June 2021, with 316 cryptoassets supported across 1138 trading pairs. For the same period (under the Binance Futures brand) 24 hour derivatives volumes are estimated as being between \$43 billion and \$129 billion, with open interest between \$5.3 billion and \$6.7 billion.
- 2.4 In May 2021, the Firm confirmed to the FCA that it had not engaged in any regulated activities since the Change in Control application was approved (i.e since 29 May 2020). It further stated that it intended to offer regulated activities to its customers once it had decided upon its business plan and strategy. As at 23 June 2021, the Authority has not received from the Firm – or been notified by the Firm of – a final (or final draft) business plan and strategy. It therefore appears to the FCA that the Firm is not currently carrying out regulated activities, and that it has not done so for over 12 months.
- 2.5 During 2021, Supervision has issued two formal information requirements, one under the Money Laundering, Terrorist Financing and Transfer of Funds (Information on the Payer) Regulations 2017 (the "MLRs") and one under the Act. The FCA considers that Firm's responses have been incomplete and have included direct refusals to provide information. These include failures to:
- i. provide details about how the business and Group are organised;
 - ii. explain what routes UK consumers could use to purchase products; and
 - iii. identify the legal entity behind the website www.binance.com.
- 2.6 Based upon the Firm's engagement to date, the FCA considers that the Firm is not capable of being effectively supervised. This is of particular concern in the context of the Firm's membership of a global Group which offers complex and high-risk financial products, which pose a significant risk to consumers.
- 2.7 The Authority considers that the Requirements should take immediate effect.

3 DEFINITIONS

- 3.1 The definitions below are used in this First Supervisory Notice:

"the Act" means the Financial Services and Markets Act 2000;

"the Authority" means the Financial Conduct Authority;

"the Firm" means Binance Markets Limited;

"the Group" means the Binance Group, of which Binance Markets Limited is part;

"Handbook" means the Authority's online handbook of rules and guidance (as in force from time to time);

"KID" means Key Investor Document;



SF/22340.01673-03

"MLRs" means the Money Laundering, Terrorist Financing and Transfer of Funds (Information on the Payer) Regulations 2017;

"Request 1" means the FCA's request for information to the Firm under regulation 57(3) of the MLRs, made on 15 April 2021, to which the Firm responded on 6 May 2021;

"Request 2" means the FCA's request for information to the Firm under s165 of the Act, made on 17 May 2021, to which the Firm responded on 25 May 2021;

"Requirements" means the terms imposed on the Firm by this First Supervisory Notice as outline in section 1 above; and

"Tribunal" means the Upper Tribunal (Tax and Chancery Chamber).

4 FACTS AND MATTERS

Background

- 4.1 The Firm is an authorised investment firm. It has been authorised since 13 April 2018. It has permission to conduct the following activities:
 - i. Advising on investments (except on Pension Transfers and Pension Opt Outs);
 - ii. Arranging (bringing about) deals in investments;
 - iii. Arranging safeguarding and administration of investments;
 - iv. Dealing in investments as principal;
 - v. Making arrangements with a view to transactions in investments; and
 - vi. Agreeing to carry on a regulated activity.
- 4.2 The Firm has permission to hold client money but does not hold any client money.
- 4.3 The Firm legally changed its name to Binance Markets Limited on 10 June 2020, and registered a trading name of Binance.UK with Companies House and the FCA. The CEO and founder of Binance Holdings Ltd is Ultimate Beneficial Owner of all Binance entities, including the Firm. The Firm currently does not have any approved persons, although Authorisations has received applications to nominate individuals to the SMF3 (Executive Director), SMF16 (Compliance Oversight Function) and SMF17 (Money Laundering Reporting Officer) roles.
- 4.4 In June 2020 the Firm submitted an application under regulation 57 of the MLRs to be registered as a cryptoasset business. The firm intended to launch a UK based cryptoasset exchange with the trading name Binance.UK offering retail and business customers the ability to exchange fiat to cryptoassets, cryptoassets to fiat and cryptoassets for other cryptoassets.
- 4.5 Following discussions between the Authority and the Firm, the Firm signed an undertaking that it would not offer any cryptoasset activities unless and until either it was registered or the Authority informed the Firm that it could avail itself of the transitional provisions in the MLRs.
- 4.6 In addition, since 30 June 2020, the Firm has been subject to a voluntary application for the imposition of a requirement to the Authority. This includes that the Firm must cease marketing any reference to EddieUK / Binance / BinanceUK being an FCA regulated platform for buying and trading cryptocurrencies. This requirement was applied for and put in place following concerns identified by Supervision that the Firm may have been incorrectly advertising itself as being FCA authorised to



SF/22340.01673-03

offer cryptoassets. The Firm subsequently rectified the relevant advertising.

- 4.7 In October 2020 the FCA banned the sale of crypto derivatives to UK retail customers. During the time that the FCA was considering the Firm's MLRs registration application, the FCA became aware that products that appear to be retail OTC derivatives, crypto derivatives, futures or perpetuals were being marketed or sold via the website binance.com. There appeared to be no barrier to a customer based in the UK purchasing these products via the binance.com website.

Failings and risks identified

Failing to carry out any regulated activity for a period of at least 12 months

- 4.8 In January 2021, the FCA reminded firms of their obligation to review regulatory permissions regularly to ensure that they are up to date and to remove permissions when not required. This statement also reminded firms of the need to notify the FCA of material changes and to make necessary changes in a timely way. The FCA has said that incorrect or outdated permissions increase the risk of harm to consumers.
- 4.9 The Firm's Change in Control application was approved on 29 May 2020. The FCA has concluded, based on information provided by the Firm, that since this application, the Firm has failed to use any of its regulatory permissions:
- i. On 28 April 2021, the Firm was asked to *"provide an explanation of the regulated activities that have been conducted by the firm since the Change in Control application was approved"* (i.e. since 29 May 2020). The Firm responded to this question on 6 May 2021; in its reply it stated: *"The firm has not engaged in any regulated activities since the change in control application was approved (we understand the cryptoasset loan referred to above did also not involve a regulated activity). We have not provided any advice to any customers and are not selling any regulated securities to customers at the present time."*
 - ii. The Firm further stated that it intended to offer regulated activities to its customers *"[o]nce we have decided upon our overall business plan and strategy in this area"*.
 - iii. As at 23 June 2021, the FCA has not received from the Firm – or been notified by the Firm of – a final (or final draft) business plan and strategy.

Effective Supervision

- 4.10 The FCA considers that the Firm is failing to satisfy the effective supervision Threshold Condition. The FCA also considers that the Firm may have breached section 165(2) of the Act (which is an offence for the purpose of section 177 of the Act) and Principle 11 of the FCA's Principles for Businesses.
- 4.11 Specifically, during 2021 the FCA sent two information requirements to the Firm. The FCA considers that the Firm's responses to some questions amounted to a refusal to supply information, and that the Firm has failed to respond adequately to the FCA's information requirements. The Firm's responses included:



SF/22340.01673-03

- i. Refusal to answer questions about wider global business model: Requests 1 and 2 both asked the Firm to provide trading names and functions for all Group entities globally. The Firm failed to provide these in response to either request.

In response to Request 1 the Firm stated: “[S]ome of the FCA’s questions relate to the overall Binance group arrangements and certain corporate information relating to the Binance group. We do not consider these questions to be appropriate, or in any way relevant, to BML’s application. Other than the Binance entities disclosed above, other entities in the Binance group have no involvement whatsoever with BML and the UK business.” In response to Request 2, the Firm failed to identify the legal entity behind the website www.binance.com;

- ii. Refusal and/or inability to provide information about wider products offered via Binance.com: in both requests the FCA asked the Firm to identify all the legal entities with which a UK customer enters a relationship when they use the Binance.com crypto exchange for specified activities, for both retail and business customers.

In response to Request 1, the Firm replied that the website is operated from outside the UK and does not fall within the territorial scope of the MLRs, and stated “*The legal entities in the Binance group that trade through Binance.com are not involved with any activities that take place by BML. We therefore do not consider this question to be appropriate, or in any way relevant, to BML’s application.*”

In response to Request 2, the Firm disclosed uncertainty about whether certain products were offered to retail and/or business customers via the binance.com website and about routes that customers within the UK could use to purchase specific products. The Firm failed to identify the legal entity (or entities) with which a UK customer would enter a relationship when using the binance.com website for certain transactions.

- iii. Failure to answer questions about Binance Stock Tokens: In response to Request 1, the Firm failed to provide clarification on the legal or regulatory status of this product, the Firm’s assessment of its standing as regards the UK regulatory perimeter the FCA’s request for the prospectus for the product. The Firm has provided the FCA with a copy of the KID for the product but this does not enable the FCA to answer its outstanding questions. The FCA does not consider it appropriate for an FCA-authorised Firm to respond to the Authority’s questions by referring the FCA to a third party. The same question was asked in Request 2, and the Firm responded with additional information on Binance Stock Tokens.

5 CONCLUSION

- 5.1 The regulatory provisions relevant to this First Supervisory Notice are set out in the Annex.

Analysis of failings and risks

- 5.2 The FCA has concluded, in light of the matters set out above, that the Firm has failed to carry on a regulated activity for a period of over 12 months, and further that it is failing or likely to fail to satisfy the effective supervision Threshold Conditions. In particular, the FCA considers that, as a result of the Firm's inadequate responses to Requests 1 and 2, that it is not likely to receive adequate information from the Firm and those persons with whom the Firm has close links to enable the FCA to determine whether the Firm is complying with the FCA's regulatory requirements and to identify and assess the Firm's impact on the FCA's statutory objectives.
- 5.3 In reaching this view, the FCA has considered the Firm's apparent failure to comply with Principle 11 of the Principles for Businesses (COND 2.3.3G(1)) in respect of Request 2. The FCA has also had regard to the complex structure and extensive geographical spread of the Firm's group and – having regard to the nature of the Firm's replies to Requests 1 and 2 – that this appears to be hindering the provision of adequate and reliable information to the FCA (COND 2.3.3G(2)).
- 5.4 The FCA considers that it is necessary to exercise its own-initiative power under section 55L(3)(a) of the Act by imposing the Requirements to stop the Firm conducting regulated activities in order to protect the interests of consumers.
- 5.5 The Authority considers that the Requirements are a proportionate and appropriate means to address the current and immediate risks, and are desirable in order to advance the Authority's operational objective of consumer protection.

Timing and duration of the Requirements

- 5.6 It is necessary to impose the Requirements on an urgent basis given the seriousness of the risks and the need to protect consumers.
- 5.7 The Authority considers that it is necessary for these Requirements to remain in force unless and until varied or cancelled by the FCA (either on the application of the Firm or of the FCA's own volition).

6 PROCEDURAL MATTERS

Decision-maker

- 6.1 The decision which gave rise to the obligation to give this First Supervisory Notice was made by an Authority staff member under executive procedures.
- 6.2 This First Supervisory Notice is given under section 55Y(4) and in accordance with section 55Y(5) of the Act.
- 6.3 The following statutory rights are important.

Representations

- 6.4 The Firm has the right to make written and oral representations to the Authority (whether or not it refers this matter to the Tribunal). The deadline notifying the Authority that the Firm wishes to make oral representations and for providing written representations is 13 July 2021 or such later date as may be permitted by the Authority. The address for doing so is:

Regulatory Transactions Committees Secretariat
Corporate Governance Division
The Financial Conduct Authority
12 Endeavour Square
London
E20 1JN
Email: RTCSecretariatMailbox@fca.org.uk

- 6.5 The Authority must be informed in writing of any intention to make oral representations by 20 July 2021. If the Authority is not notified by this date, the Firm will not, other than in exceptional circumstances, be able to make oral representations.

The Tribunal

- 6.6 The Firm has the right to refer the matter to which this First Supervisory Notice relates to the Tribunal. The Tax and Chancery Chamber is part of the Tribunal which, amongst other things, hears references arising from decisions of the Authority. Under paragraph 2(2) of Schedule 3 of the Tribunal Procedure (Upper Tribunal) Rules 2008, the Firm has 28 days from the date on which this First Supervisory Notice is given to it to refer the matter to the Tribunal.
- 6.7 A reference to the Tribunal can be made by way of a reference notice (Form FTC3) signed by or on behalf of the Firm and filed with a copy of this First Supervisory Notice. The Tribunal's contact details are: The Upper Tribunal, Tax and Chancery Chamber, 5th Floor, Rolls Building, Fetter Lane, London EC4A 1NL (telephone: 020 7612 9730; email: uttc@hmcts.gsi.gov.uk).
- 6.8 Further information on the Tribunal, including guidance and the relevant forms to complete, can be found on the HM Courts and Tribunal Service website: <http://www.justice.gov.uk/forms/hmcts/tax-and-chancery-upper-tribunal>
- 6.9 The Firm should note that a copy of the reference notice (Form FTC3) must also be sent to the Authority at the same time as a reference is filed with the Tribunal. A copy of the reference notice should be sent to the Financial Conduct Authority, 12 Endeavour Square, London, E20 1JN.

Confidentiality and publicity

- 6.10 The Firm should note that this First Supervisory Notice may contain confidential information and should not be disclosed to a third party (except for the purpose of obtaining legal advice on its contents).
- 6.11 The Firm should note that section 391(5) of the Act requires the Authority, when the First Supervisory Notice takes effect, to publish such information about the matter to which the notice relates as it considers appropriate.

Authority contacts

- 6.12 Any questions regarding the procedures of the Regulatory Transactions Committee should be directed to the Regulatory Transactions Committees Secretariat by email: RTCSecretariat@fca.org.uk.



SF/22340.01673-03

Annex

RELEVANT STATUTORY PROVISIONS

1. The Authority's operational objectives established in section 1B of the Act include securing an appropriate degree of protection for consumers, and protecting and enhancing the integrity of the UK financial system.
2. Section 55L of the Act allows the Authority to impose a new requirement on an authorised person if it appears to the Authority that the authorised person is failing, or likely to fail to satisfy the Threshold Conditions (section 55L(2)(a)), or if it appears to the Authority that the authorised person has failed, during a period of 12 months, to carry on a regulated activity to which its Part 4A permission relates (section 55L(2)(b)), or it is desirable to exercise the power in order to advance one or more of the Authority's operational objectives (section 55L(2)(c)).
3. Section 55N of the Act allows a requirement to be imposed under section 55L of the Act so as to require the person concerned to take specified action (section 55N(1)(a)), or to refrain from taking specified action (section 55N(1)(b)).
4. Section 55Y(3) of the Act allows a requirement to take effect immediately (or on a specified date) if the Authority, having regard to the ground on which it is exercising its own-initiative power, reasonably considers that it is necessary for the requirement to take effect immediately (or on that date).
5. Section 165 of the Act provides that:
 - (1) The FCA may, by notice in writing given to an authorised person, require him—
 - (a) to provide specified information or information of a specified description; or
 - (b) to produce specified documents or documents of a specified description.
 - (2) The information or documents must be provided or produced—
 - (a) before the end of such reasonable period as may be specified; and
 - (b) at such place as may be specified.
 - [...]
 - (4) This section applies only to
 - (a) information and documents reasonably required in connection with the exercise by the FCA of functions conferred on it by or under this Act [...]
 - (5) The FCA may require any information provided under this section to be provided in such form as it may reasonably require.
 - [...]
 - (8) "Authorised person" includes a person who was at any time an authorised person but who has ceased to be an authorised person.



SF/22340.01673-03

6. Section 177 of the Act provides that:

(1) If a person other than the investigator ("the defaulter") fails to comply with a requirement imposed on him under this Part the person imposing the requirement may certify that fact in writing to the court.

(2) If the court is satisfied that the defaulter failed without reasonable excuse to comply with the requirement, it may deal with the defaulter (and in the case of a body corporate, any director or other officer) as if he were in contempt [...].

(4) A person who, in purported compliance with a requirement imposed on him under this Part—

(a) provides information which he knows to be false or misleading in a material particular, or

(b) recklessly provides information which is false or misleading in a material particular,

is guilty of an offence.

(5) A person guilty of an offence under subsection (3) or (4) is liable—

(a) on summary conviction, to imprisonment for a term not exceeding six months or a fine not exceeding the statutory maximum, or both;

(b) on conviction on indictment, to imprisonment for a term not exceeding two years or a fine, or both.

[...]

(7) In this section—

"court" means—

(a) the High Court;

[...]

"investigator appointed by the FCA" means an investigator appointed by the FCA under section 167, 168 or 169;

"officer of the FCA" means an officer authorised by the FCA for the purposes of section 165(3).

7. Section 391 of the Act provides that:

"[...]"

(5) When a supervisory notice takes effect, the Authority must publish such information about the matter to which the notice relates as it considers appropriate.

- (6) But the Authority may not publish information under this section if in its opinion, publication of the information would, be unfair to the person with respect to whom the action was taken or proposed to be taken [or] prejudicial to the interests of consumers or detrimental to the stability of the UK financial system.
- (7) Information is to be published under this section in such manner as the Authority considers appropriate."

RELEVANT REGULATORY PROVISIONS

The Principles

- 8. Principle 11: A firm must deal with its regulators in an open and cooperative way, and must disclose to the FCA appropriately anything relating to the firm of which that regulator would reasonably expect notice.

Threshold Conditions: Effective Supervision

9. COND 2.3.1 Effective Supervision:

(1) A must be capable of being effectively supervised by the FCA having regard to all the circumstances including-

- (a) the nature (including the complexity) of the regulated activities that A carries on or seeks to carry on;
- (b) the complexity of any products that A provides or will provide in carrying on those activities;

(c) the way in which A's business is organised;

(d) if A is a member of a group, whether membership of the group is likely to prevent the FCA's effective supervision of A;

(e) whether A is subject to consolidated supervision required under any of the relevant directives;

(f) if A has close links with another person ("CL")-

(i) the nature of the relationship between A and CL;

(ii) whether those links are or that relationship is likely to prevent the FCA's effective supervision of A; and

(iii) if CL is subject to the laws, regulations or administrative provisions of a territory which is not the UK ("the foreign provisions"), whether those foreign provisions, or any deficiency in their enforcement, would prevent the FCA's effective supervision of A.

(2) A has close links with CL if-

(a) CL is a parent undertaking of A;

(b) CL is a subsidiary undertaking of A;

(c) CL is a parent undertaking of a subsidiary undertaking of A;

(d) CL is a subsidiary undertaking of a parent undertaking of A;

(e) CL owns or controls 20% or more of the voting rights or capital of A; or

(f) A owns or controls 20% or more of the voting rights or capital of CL.

The Enforcement Guide

10. The Authority's approach in relation to its own-initiative powers is set out in Chapter 8 of the Enforcement Guide (EG), certain provisions of which are summarised below.
11. EG 8.1.1 reflects the provisions of section 55L of the Act by stating that the Authority may use its own-initiative power to impose requirements on an authorised person where, amongst other factors, the person is failing or is likely to fail to satisfy the threshold conditions for which the Authority is responsible (EG 8.1.1(1)), or it is desirable to exercise the power in order to advance one or more of its operational objectives (EG 8.1.1(3)).
12. EG 8.2.1 states that when the Authority considers how it should deal with a concern about a firm, it will have regard to its statutory objectives and the range of regulatory tools that are available to it. It will also have regard to the principle that a restriction imposed on a firm should be proportionate to the objectives the Authority is seeking to achieve (EG 8.2.1(2)).
13. EG 8.2.3 states that in the course of its supervision and monitoring of a firm or as part of an enforcement action, the Authority may make it clear that it expects the firm to take certain steps to meet regulatory requirements. In the vast majority of cases the Authority will seek to agree with a firm those steps the firm must take to address the Authority's concerns. However, where the Authority considers it appropriate to do so, it will exercise its formal powers under section 55L of the Act to impose a requirement to ensure such requirements are met. This may include where, amongst other factors, the Authority has serious concerns about a firm, or about the way its business is being or has been conducted (EG 8.2.3(1)), or is concerned that the consequences of a firm not taking the desired steps may be serious (EG 8.2.3(2)).
14. EG 8.3.1 states that the Authority may impose a requirement so that it takes effect immediately or on a specified date if it reasonably considers it necessary for the requirement to take effect immediately (or on the date specified), having regard to the ground on which it is exercising its own-initiative powers.
15. EG 8.3.2 states that the Authority will consider exercising its own-initiative power as a matter of urgency where: 1) the information available to it indicates serious concerns about the firm or its business that need to be addressed immediately; and 2) circumstances indicate that it is appropriate to use statutory powers immediately to require and/or prohibit certain actions by the firm in order to ensure the firm addresses these concerns.
16. EG 8.3.3 states that it is not possible to provide an exhaustive list of the situations that will give rise to such serious concerns, but they are likely to include one or more of four listed characteristics, these include: 1) information indicating significant loss, risk of loss or other adverse effects for consumers, where action is necessary to protect their interests; 2) information indicating that a firm's conduct has put it at risk of being used for the purposes of financial crime, or of being otherwise involved in crime; 3) evidence that the firm has submitted to the Authority inaccurate or misleading information so that the Authority becomes seriously concerned about the firm's ability to meet its regulatory obligations; 4) circumstances suggesting a serious problem within a firm or with a firm's controllers that calls into question the firm's ability to continue to meet the threshold conditions.



SF/22340.01673-03

17. EG 8.3.4 states that the Authority will consider the full circumstances of each case when it decides whether an imposition of a requirement is appropriate and sets out a non-exhaustive list of factors the Authority may consider, these include:
 - (3) The nature and extent of any false or inaccurate information provided by the firm. Whether false or inaccurate information warrants the FCA's urgent exercise of its own-initiative powers will depend on matters such as:
 - (a) the impact of the information on the FCA's view of the firm's compliance with the regulatory requirements to which it is subject, the firm's suitability to conduct regulated activities, or the likelihood that the firm's business may be being used in connection with financial crime;
 - (b) whether the information appears to have been provided in an attempt knowingly to mislead the FCA, rather than through inadvertence;
 - (c) whether the matters to which false or inaccurate information relates indicate there is a risk to customer assets or to the other interests of the firm's actual or potential customers.
 - (4) The seriousness of any suspected breach of the requirements of the legislation or the rules and the steps that need to be taken to correct that breach.
 - (6) The risk that the firm's business may be used or has been used to facilitate financial crime, including money laundering. The information available to the FCA, including information supplied by other law enforcement agencies, may suggest the firm is being used for, or is itself involved in, financial crime. Where this appears to be the case, and the firm appears to be failing to meet the threshold conditions or has put its customers' interests at risk, the FCA's urgent use of its own-initiative powers may well be appropriate.
 - (7) The risk that the firm's conduct or business presents to the financial system and to confidence in the financial system.
 - (8) The firm's conduct. The FCA will take into account:
 - (a) whether the firm identified the issue (and if so whether this was by chance or as a result of the firm's normal controls and monitoring);
 - (b) whether the firm brought the issue promptly to the FCA's attention;
 - (c) the firm's past history, management ethos and compliance culture;
 - (d) steps that the firm has taken or is taking to address the issue.
 - (9) The impact that use of the FCA's own-initiative powers will have on the firm's business and on its customers. The FCA will take into account the (sometimes significant) impact that a variation of permission may have on a firm's business and on its customers' interests, including the effect of variation on the firm's reputation and on market confidence. The FCA will need to be satisfied that the impact of any use of the own-initiative power is likely to be proportionate to the concerns being addressed, in the context of the overall aim of achieving its statutory objectives.
18. EG 8.3.4(9) includes the impact that use of the Authority's own-initiative powers will have on the firm's business and on its customers. The Authority will need to be satisfied that the impact of any use of the own-initiative power is likely to be proportionate to the concerns being addressed, in the context of the overall aim of achieving its statutory objectives.



Cryptocurrencies

Binance Faces Probe by U.S. Money-Laundering and Tax Sleuths

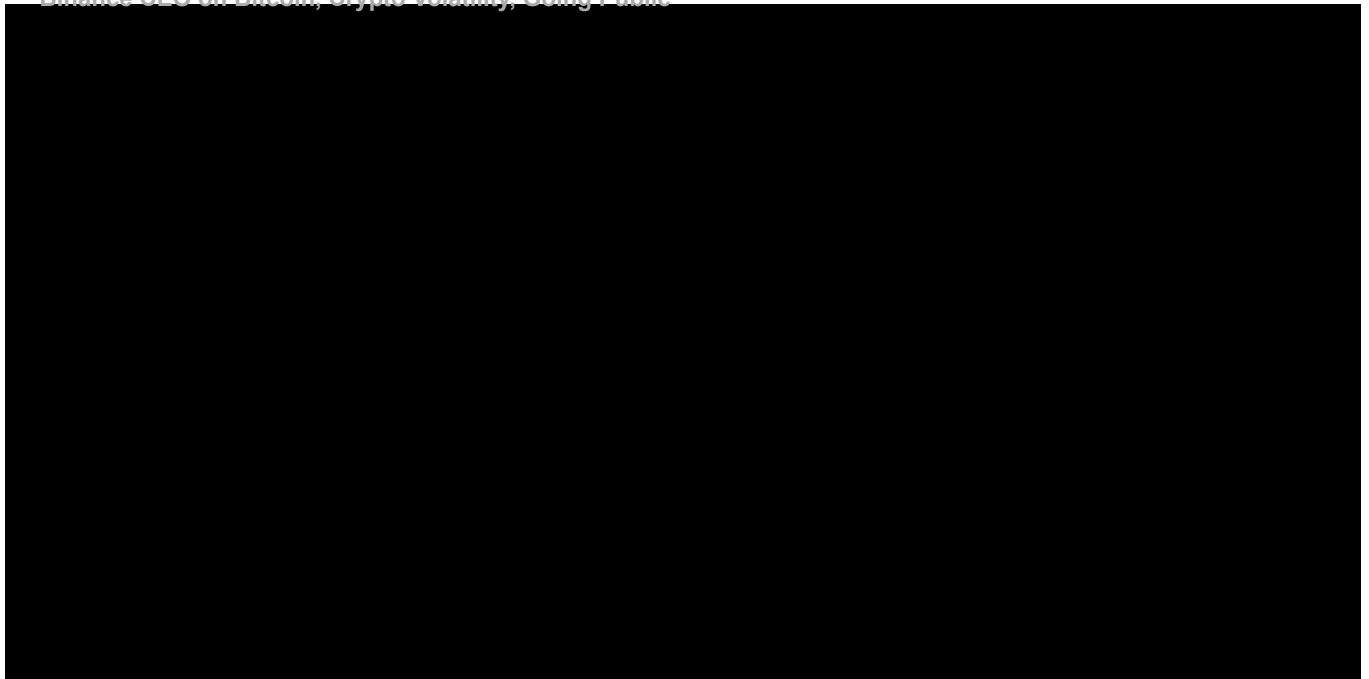
By [Tom Schoenberg](#) + Follow

13 de maio de 2021 13:43 BRT

Updated on 13 de maio de 2021 15:09 BRT

-
- Justice Department, IRS seek information about crypto exchange
 - The federal agencies haven't accused Binance of wrongdoing
-

Binance CEO on Bitcoin, Crypto Volatility, Going Public



Binance CEO on Bitcoin, Crypto Volatility, Going Public

Follow us @crypto for our full coverage.

Binance Holdings Ltd. is under investigation by the Justice Department and Internal Revenue Service, ensnaring the world's biggest cryptocurrency exchange in U.S. efforts to root out illicit activity that's thrived in the red-hot but mostly unregulated market.

As part of the inquiry, officials who probe money laundering and tax offenses have sought information from individuals with insight into Binance's business, according to people with knowledge of the matter who asked not to be named because the probe is confidential. Led by Changpeng Zhao, a charismatic tech executive who relishes promoting tokens on Twitter and in media interviews, Binance has leap-frogged rivals since he co-founded it in 2017.

The firm, like the industry it operates in, has succeeded largely outside the scope of government oversight. Binance is incorporated in the Cayman Islands and has an office in Singapore but says it lacks a single corporate headquarters. Chainalysis Inc., a blockchain forensics firm whose clients include U.S. federal agencies, concluded last year that among transactions that it examined, more funds tied to criminal activity flowed through Binance than any other crypto exchange.

"We take our legal obligations very seriously and engage with regulators and law enforcement in a collaborative fashion," Binance spokeswoman Jessica Jung said in an emailed statement, while adding that the company doesn't comment on specific matters or inquiries. "We have worked hard to build a robust compliance program that incorporates anti-money laundering principles and tools used by financial institutions to detect and address suspicious activity."

Spokespeople for the Justice Department and IRS declined to comment.

U.S. Concerns

U.S. officials have expressed concerns that cryptocurrencies are being used to conceal illegal transactions, including theft and drug deals, and that Americans who've made windfalls betting on the market's meteoric rise are evading taxes. Such worries have been a hindrance to the industry going mainstream, even as Wall Street increasingly embraces Bitcoin and other tokens amid a global investing frenzy.

Read More: How Bitcoin Is Edging Toward Financial Mainstream

This month's cyber-attack against Colonial Pipeline Co. that's triggered fuel shortages across the Eastern U.S. is the latest sign of what's at stake. Colonial paid Eastern European hackers a nearly \$5 million ransom in untraceable cryptocurrency within hours of the breach, Bloomberg News reported Thursday, citing two people familiar with the matter.



SF/22340.01673-03

Bitcoin losses accelerated Thursday after Bloomberg reported the investigation into Binance.

READ BLOOMBERG'S COVERAGE OF BINANCE:

[Binance Coin's Surge Elevates Token to Ranks of Crypto Titans](#)

[Binance CEO Goes All-in on Tokens: 'I Just Want to Keep Crypto'](#)

[Binance Probed by U.S. Over Whether U.S. Residents Traded](#)

While the Justice Department and IRS probe potential criminal violations, the specifics of what the agencies are examining couldn't be determined, and not all inquiries lead to allegations of wrongdoing.

The officials involved include prosecutors within the Justice Department's bank integrity unit, which probes complex cases targeting financial firms, and investigators from the U.S. Attorney's Office in Seattle. The scrutiny by IRS agents goes back months, with their questions signaling that they're reviewing both the conduct of Binance's customers and its employees, another person said.

The U.S. Commodity Futures Trading Commission has also been investigating Binance over whether it permitted Americans to make illegal trades, Bloomberg reported in March. In that case, authorities have been examining whether Binance let investors buy derivatives that are linked to digital tokens. U.S. residents are barred from purchasing such products unless the firms offering them are registered with the CFTC.

Analyzing Transactions

Zhao has said Binance closely follows U.S. rules, blocks Americans from its website, and uses advanced technology to analyze transactions for signs of money laundering and other illicit activity. Last year, the firm warned that U.S. residents would have their accounts frozen if they were found to be trading, crypto trade publications have reported.

The inquiries follow a Chainalysis report on criminal transactions involving digital tokens. The firm tracked Bitcoin worth \$2.8 billion that it suspects crooks moved on to trading platforms in 2019. Chainalysis determined that roughly 27%, or \$756 million, wound up on Binance. Binance responded by saying it adheres to all anti-money laundering regulations in the jurisdictions in which it operates and works with partners like Chainalysis to improve its systems.



SF/22340.01673-03

In the U.S., authorities have been cracking down on exchanges for flouting laws that are meant to prevent financial crimes, with officials citing the platforms use by terrorists and hackers. Tax violations have also been a priority, with the government recently winning a court order as it seeks to unmask U.S. clients of Kraken, a San Francisco-based exchange.

[Read More: Crypto's Anonymity Has Regulators Circling After Colonial Hack](#)

In October, federal prosecutors in Manhattan announced charges against the founders of Seychelles-based BitMEX, accusing them of violating the Bank Secrecy Act by permitting thousands of U.S. customers to trade while publicly claiming to restrict their access. The claims included failing to register as a futures merchant with the CFTC and not having adequate anti-money laundering controls. Three of the BitMex officials pleaded not guilty and a trial has been scheduled for March 2022. One remains at large.

SF/22340.01673-03

Washington Presence

With the U.S. circling, Binance has stepped up its presence in Washington and retained a former Treasury Department official and top white-collar defense lawyers to represent it in legal cases and matters being reviewed by regulators. In March, the firm tapped former U.S. Senator Max Baucus, a Montana Democrat, to advise it on policy and government relations.

[Read More: Crypto Lobby Forms to Shake Reputation as Criminals' Currency](#)

In September 2019, Binance partnered with a firm called BAM Trading Services Inc., which launched Binance.US to cater to American clients. Brian Brooks, who was a top banking regulator when he led the Office of the Comptroller of the Currency during the Trump administration, became chief executive officer of Binance.US this month.

Amid the hiring blitz, the company has popped up in U.S. cases tied to criminal activity. In February, two Florida men were charged with running an online fentanyl trafficking operation, with one of them accused of depositing the proceeds in a Binance account. That same month, the Justice Department sought the forfeiture of cryptocurrency worth \$450,000 traced from ransomware attacks that hit several U.S. companies to a Binance account held by a 20-year-old Ukrainian national. The government didn't accuse Binance of wrongdoing in either enforcement action.

Disguising Locations

Along with the CFTC, the Justice Department is likely to examine steps that Binance has taken to keep U.S. residents off its exchange. One person familiar with Binance's operations said

that prior to the establishment of Binance.US, Americans were advised to use a virtual proxy network, or VPN, to disguise their locations when seeking to access the exchange.

Jung, the Binance spokeswoman, said the exchange has never encouraged U.S. residents to use VPNs to get around its rules, as doing so would be something “that has always been contrary to our company’s principles.” In January, Zhao tweeted that Binance’s security systems block Americans even if they try to connect through one of the networks.

“We have implemented strong access controls that have been tested via external audit and are under continuous review and evaluation by Binance to ensure that the appropriate restrictions are in place and are effective,” Jung said.

– *With assistance by Benjamin Bain, and Alyza Sebenius*

(Updates with Bitcoin falling in eighth paragraph.)



Negocie com a **BYBIT**

[Notícias](#) [Opinião](#) [Bitcoin](#) [Ethereum](#) [Altcoins](#) [Dólar](#) [Ouro](#) [Preço](#) [Exchanges](#) [Brasil](#)

2.35 -1.55%	BNB \$479.7 +2.67%	USDT \$1 -0.13%	ADA \$2.13 -1.65%	XRP \$1.09 -3.24%	SOL \$156.64	Todas as moedas
-------------	---------------------------	------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------------	-----------------



[Negócios](#) **Notícias**

Binance é investigada nos EUA por uso de informações privilegiadas

Por [Redação BeInCrypto](#) 19 Setembro 2021, 16:59 -03

EM RESUMO

O governo dos Estados Unidos expandiu a investigação da Binance para tratar de alegações de informações privilegiadas.

A última investigação da Commodity Futures Trading Commission (CFTC) segue as do Internal Revenue Service (IRS) e do Departamento de Justiça (DOJ) no início de 2021.

Nenhuma acusação formal foi feita contra a Binance por qualquer uma dessas organizações, enquanto se aguarda a conclusão das investigações.

Promo

BIT: 8 milhões de BITs em prêmios. Três rodadas; Montanhas de prêmios. [Entrar agora!](#)

The Trust Project é um consórcio internacional de veículos de notícias que criam **padrões de transparência.**





A Comissão de Negociação de Commodities Futuras dos Estados Unidos (CFTC) instigou uma investigação sobre alegações de negociações privilegiadas ocorridas na exchange de [criptomoedas](#) Binance Holdings Ltd.

Patrocinados

Velocidade de mineração:

x3

Volume de trading necessário	Rendimento diário	Rendimento semanal	Rendimento de 30 dias
750 000 ₣	0.00018 ₮ ≈3.42647 USDT	0.00126 ₮ ≈23.97743 USDT	0.00540 ₮ ≈102.76583 USDT

Comece a minerar

Patrocinados

De acordo com [a Bloomberg](#), os investigadores revelaram que essas últimas alegações dizem respeito a se “Binance ou sua equipe” tirou “vantagem de seus clientes” usando informações privilegiadas e não divulgadas publicamente para obter lucros ilicitamente por meio da manipulação de mercado.

A Binance emitiu a resposta oficial a essas alegações, reafirmando que, “na Binance, temos uma política de tolerância zero para informações privilegiadas e um código de ética estrito relacionado a qualquer tipo de comportamento que possa ter um impacto negativo sobre nossos clientes ou indústria”.

Patrocinados



Patrocinados

Esta investigação representa a expansão de uma investigação em andamento a Binance por autoridades governamentais nos EUA, com o Departamento de Justiça (DoJ) e o Serviço de Receita Interna (IRS) do país atualmente investigando reclamações de lavagem de dinheiro e fraude fiscal ocorridas sem verificação por membros da equipe da maior exchange de criptomoedas do mundo. Cabe destacar que as autoridades norte-americanas também deixaram claro que a Binance não foi acusada de nenhum delito e que as conclusões dessas investigações ainda não foram confirmadas.

Essas alegações se encaixam em uma narrativa maior de escrutínio regulatório nos EUA e em todo o mundo entre as autoridades governamentais e a Binance, que é a exchange mais popular do mundo.

Dores de cabeça com reguladores globais

A Binance tem enfrentado escrutínio regulatório em todo o mundo, com 2021 sendo um ano particularmente desafiador para a empresa nesse aspecto. Apenas algumas semanas atrás, ela publicou um comunicado respondendo [a um alerta](#) da Receita Federal da África do Sul (SARS) por meio de sua divisão Binance Africa. Este alerta foi feito para investidores no país, citando a falta de autorização oficial para oferecer serviços de intermediação ou assessoria financeira.

A exchange também enfrentou problemas de relações públicas devido a avisos adversos e outros sentimentos negativos transmitidos por autoridades regulatórias em países como [Cingapura](#), [Reino Unido](#), [Brasil](#), [Lituânia](#), [Hong Kong](#) e [Itália](#). Eles também estão removendo os pares comerciais entre criptomoedas e moedas fiduciárias específicas neste ano, incluindo o dólar de Cingapura, o won coreano, o dólar australiano, o euro e a libra esterlina.

Binance se movendo na direção certa?

Apesar desses avisos e investigações em andamento, ainda não houve qualquer decisão oficial contra a Binance em relação a fraude, uso de informações privilegiadas ou lavagem de dinheiro. A empresa também não foi condenada a qualquer uma das advertências feitas pelos EUA ou por qualquer outro país.

A Binance também tem feito mudanças em [seus processos internos](#) e [sua equipe](#) de liderança após as dificuldades e relações ruins que enfrentou com as autoridades financeiras internacionais em 2021. Além disso, foi relatado que o CEO da empresa está cooperando com os reguladores para atingir a meta de aquisição de licença mundial.

A Binance está se preparando para uma [Oferta Pública Inicial \(IPO\)](#) nos próximos três anos. Ela também nomeou um novo presidente para sua [filial Binance.US](#) no início de setembro.

Isenção de responsabilidade

Todas as informações contidas em nosso site são publicadas de boa fé e apenas para fins de informação geral. Qualquer ação que o leitor tome com base nas informações contidas em nosso site é por sua própria conta e risco.

Patrocinados



Share Article



TÓPICOS RELACIONADOS

[Estados Unidos da América](#)

[Notícias Binance](#)

[Regulamentação](#)

[U.S. Securities and Exchange Commission \(SEC\)](#)



[Redação BeInCrypto](#)

A opinião da equipe BeInCrypto em uma única voz.

SEGUIR O AUTOR

Mais Artigos

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Negócios](#) **Notícias**

[Intel não vai limitar mineração em novos GPUs](#)

4 dias atrás

[Negócios](#) **Notícias**

[Brasileiro compra domínio falso de exchange por US\\$ 200 mil](#)

5 dias atrás

[Negócios](#) **Notícias**

[NFTs do Tik Tok atrasam e artistas podem abandonar projeto](#)

6 dias atrás

[Negócios](#) **Notícias**

[Argentina vai ganhar mina com 55 mil máquinas](#)

2 semanas atrás

[Negócios](#) **Notícias**

[OpenSea tem coleção de NFTs nazistas, diz site](#)

2 semanas atrás

MAIS LIDAS

[Mercados](#) **Compilados e listas**

[Criptomoeda subiu 50.000.000% e fez R\\$ 1 milhão com R\\$ 2; veja melhores do 1º semestre](#)

4 meses atrás

[Mercados](#) **Notícias**

[Investidor da Unick Relata ter Dinheiro de Bitcoin Preso na Urpay desde Outubro](#)

18/10/2021 13:43

Binance é investigada nos EUA por uso de informações privilegiadas - BeInCrypto

Mercados Análise As 10 criptomoedas mais promissoras para julho	2 anos atrás
Mercados Notícias Nova criptomoeda da Shiba Inu dispara e lidera ranking nos EUA	4 meses atrás
Mercados Opinião Top 10 criptomoedas mais promissoras para 2021	3 meses atrás
Mercados Notícias Entusiasta Acerta Previsão e Mostra Preço da Ripple (XRP) Chegando em R\$ 48	10 meses atrás
	2 anos atrás

QUER SABER MAIS?

Entre para o nosso [Canal do Telegram](#) e receba sinais de trade, um curso gratuito de trade e comunicação diária com entusiastas de cripto!

[Entre no grupo do Telegram](#)

[Aprenda Mais](#)

- Anunciar

Sobre

Equipe Editorial
- Política de Privacidade

Termos e Condições

Contate-nos



BEINCRYPTO NEWS AGORA!

Stay tuned with daily newsletters that make reading the news simple and enjoyable

Coloque seu e-mail aqui

Se Inscreva

Siga-nos

BEINNEWS ACADEMY LTD © STREET: SUITE 1701 – 02A, 17/F, 625 KING'S ROAD, NORTH POINT. HONG KONG.



SF/22340.01673-03

Binance com problemas de saque em Bitcoin



Por: **Henrique Kalashnikov** 28/12/2021 11:34

Após um bug em novembro que enviou Dogecoin (DOGE) por engano para seus usuários, agora a **Binance está com problemas em saques de Bitcoin (BTC)**. Usuários alertam que, embora a exchange tenha anunciado suporte ao Taproot, saques estão sendo enviados para outros endereços, resultando na perda de BTC dos clientes.

O problema é tão grave que chamou a atenção de um dos desenvolvedores do Bitcoin, Pieter Wuille, que foi inclusive um dos autores da atualização do Taproot. Na ocasião, ele explicou que esses bitcoins estão perdidos, para sempre.

Por pressão da comunidade, a Binance parece estar investigando o que causou este erro e prometeu reembolsar o usuário que expôs a situação. Por hora, **é recomendado não tentar sacar BTC com endereços P2TR na Binance.**



Problemas recorrentes em saques

Esta não é a primeira vez que a Binance tem problema com saques, em novembro deste ano a exchange enviou Dogecoin por engano para seus usuários. Isso aconteceu após uma atualização da DOGE, que não é a culpada.

Na verdade, a única culpada é a própria Binance. Apesar disso, a [exchange congelou as contas de todos os usuários que receberam Dogecoin por engano](#). Para que as contas fossem liberadas, os usuários precisavam devolver os Doges para a Binance.

O grande problema é que estes saques foram feitos para endereços usados há dois anos. Ou seja, muitos não tem mais acesso a estas carteiras e, por isso, ficaram incapazes de utilizar suas contas.

A confusão foi tão grande que até mesmo [Elon Musk entrou na briga para reclamar da posição da Binance](#). Com esta pressão, a exchange liberou as contas afetadas após 18 dias.

Agora os problemas são com o Taproot do Bitcoin



Com um problema similar, desta vez envolvendo saques de Bitcoin, agora a Binance está destruindo bitcoins de usuários que solicitam saques por endereços P2TR, do Taproot, que começam com bc1p.

“1) @binance anuncia que oferecerá suporte ao Taproot.

2) O usuário solicita um saque para seu endereço P2TR, a Binance cria um output P2WSH, queimando os fundos.

3) @BinanceHelpDesk culpa o usuário pelo engano, sem reembolso.”

Em outras palavras, a Binance está trocando endereços Taproot por SegWit, ou bc1p por bc1q. Vale notar que este erro é da exchange e não do usuário, como alegado por eles mesmos.

Em última atualização do usuário que passou por este problema, a Binance afirmou que está investigando o problema e estará reembolsando os bitcoins perdidos, o que ainda não aconteceu até o fechamento dessa matéria.



SF/22340.01673-03

Compre Bitcoin na Coinext

Compre Bitcoin e outras criptomoedas na corretora mais segura do Brasil. Cadastre-se e veja como é simples, acesse: <https://coinext.com.br>.

Siga o Livecoins no [Facebook](#),
[Twitter](#), [Instagram](#) e
[YouTube](#).



SF/22340.01673-03

E-BOOK  NOTÍCIAS ▾

COTAÇÃO DO BITCOIN



 **Bitcoin IPB** 9/Fev. 17:35  **Bitcoin**  **BTC**  **Ethereum** **ETH**  **Litecoin**

R\$ 234.281,38 ▲ **2,46%** **44.669,84 USD** ▲ **1,68%** **R\$ 17.104,76** ▲ **5,54%** **R\$ 737,35**

SF/22340.01673-03

CEO da Binance ignorou alertas sobre KYC e problemas regulatórios, afirma Reuters

Investigação da agência de notícias revela que preocupações de funcionários da corretora sobre as fracas verificações de KYC foram totalmente ignoradas

por  **Decrypt** — 21 jan, 2022 17:11



**Compre e venda
criptomoedas**

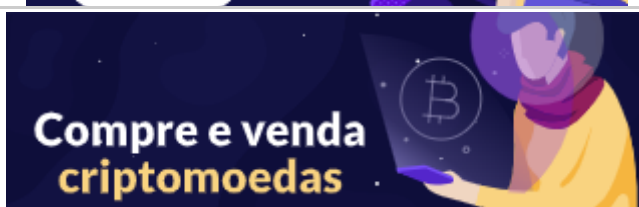


CEO da Binance, CZ (Foto: Divulgação)



Changpeng Zhao (ou CZ), CEO da **Binance**, ignorou preocupações expressadas por funcionários seniores sobre as fracas verificações de “conheça seu cliente” (ou KYC, na sigla em inglês) da corretora em meio a uma lista de outras falhas regulatórias, informa a **Reuters** em uma reportagem investigativa publicada nesta sexta-feira (21).

A agência de notícias afirma que executivos seniores da Binance, incluindo o diretor de compliance Samuel Lim e a ex-diretora global de notificações de lavagem de dinheiro Karen Leong, expressaram preocupações sobre as fracas verificações de ‘conheça seu cliente’ (KYC, na sigla em inglês de know your customer) da corretora.



Três ex-funcionários da Binance disseram à Reuters que chamaram a atenção de CZ sobre essas preocupações, mas ele “as ignorou”.

Há tempos, a Binance é alvo de reguladores em todo o mundo. O Decrypt havia noticiado as múltiplas insuficiências regulatórias da Binance, que causaram a ira de reguladores no **Reino Unido, Itália, Malásia, Singapura** e muitas outras jurisdições.

Leia também

- ▶ **Binance lista criptomoeda da rede que gera liquidez para BSC, DYDX, lynch e DODO**
- ▶ **Binance alerta sobre nova onda de golpes que está roubando criptomoedas dos usuários**
- ▶ **Binance é condenada a descongelar conta de cliente brasileiro, sob pena de R\$ 20 mil por dia**

A investigação da Reuters inclui muitas dessas jurisdições e focou em alguns dos trabalhos internos por trás da relação da corretora com reguladores.

A Reuters também descobriu que alguns funcionários da Binance, incluindo Leong e Lim, sabiam que os procedimentos de KYC da corretora não eram rigorosos.



Lim, por sua vez, expressou dúvidas sobre o plano de CZ de entrar para o mercado de conversão de “fiduciárias para cripto”. “Caramba, por que envolver fiduciárias se não quer cumprir com o compliance. É tão irônico KK. Fique completamente nas criptos, cara. Je-sus.”

Malta

Os problemas regulatórios da Binance começaram em Malta.

Em outubro de 2018, a Binance notificou reguladores em Malta sobre sua intenção de solicitar uma licença. A *Reuters* noticiou que CZ “ficou nervoso” sobre as normas antilavagem de dinheiro e padrões de divulgação financeira do país. Em 2019, a corretora desistiu de adquirir uma licença.

Uma **declaração pública** da reguladora maltesa datada de 21 de fevereiro de 2020 confirmou que a Binance “não estava autorizada” a operar no setor cripto.

Ainda assim, a Binance continuou dizendo a seus clientes que seu acordo de termos de uso era governado pelas leis maltesas, de acordo com a *Reuters*.



Na Alemanha, a polícia e advogados, que representavam mais de 30 vítimas de suspeita de fraude enviaram “dezenas de cartas” à Binance, segundo a investigação da *Reuters*.

De acordo com uma parceria com uma empresa de serviços financeiros registrada na Alemanha, CM-Equity, Binance concordou em realizar uma auditoria jurídica melhorada para um usuário se depositassem mais de € 10 mil (ou US\$ 11 mil) em uma única transação.

Em junho de 2021, a Binance enviou à CM-Equity uma versão revisada desse padrão, que fez o limite para a auditoria disparar para US\$ 100 mil.

Entre maio e julho de 2021, a Binance recebeu 44 cartas que pediam informações sobre transações que equivaliam a cerca de € 2 milhões.

A polícia, promotores e empresas de advocacia alemães coletivamente afirmaram que esses fundos foram roubados e lavados na corretora. A Binance disse que não poderia ajudá-los, segundo a *Reuters*.

Além disso, a polícia federal alemã pediu informações à Binance sobre dois homens “suspeitos de ajudar um atirador que havia matado quatro pessoas em Viena em novembro de 2020”.



Compre e venda
criptomoedas



Controvérsias internacionais

Em outras partes do mundo, reguladores na **Holanda** e no **Japão** emitiram alertas a consumidores sobre a corretora. Reguladores na **Itália** e nas **Ilhas Cayman** disseram que a Binance não está licenciada para operar em seus respectivos países.

A Binance enfrentou mais ações coercitivas na Malásia por operar ilegalmente no país, segundo reguladores locais.

O Reino Unido também emitiu alertas a consumidores sobre a Binance e após afirmar que a corretora era “incapaz” de ser regulamentada, a empresa anunciou que estava tentando restaurar suas relações com a Autoridade de Conduta Financeira (ou FCA).

Até hoje, não há evidências que sugiram que a Binance está em pratos limpos com a FCA.

Recentemente, a Binance também removeu sua solicitação em Singapura. Um mês depois, reguladores locais colocaram a corretora em sua **Lista de Alerta a Investidores**.

Desde então, a Binance **anunciou** um Memorando de Entendimento com a Dubai World Trade Centre Authority. Em dezembro de 2021, CZ também se encontrou com Fabian Picardo, ministro de Gibraltar, que **descreveu** o CEO como um “visionário”.

Traduzido e editado por Daniela Pereira do Nascimento com autorização do **Decrypt.co.*



Tudo sobre: [Binance](#) [Changpeng Zhao](#)



Compartilhar



Tweet 1116



Enviar



Compartilhar



Relacionadas

Token desconhecido disparou 36% na Bitfinex após confisco de US\$ 3,6 bilhões pelos EUA

Rússia quer regular criptomoedas como faz com moedas estrangeiras

Ucrânia usa bitcoin para “financiar guerra” contra a Rússia, afirma Elliptic

Não é tarde demais para investir em criptomoedas, diz relatório do banco Wells Fargo

Plataforma DeFi Aave lança rede social para concorrer com Twitter

CARREGAR MAIS



Compre e venda
criptomoedas



2 Comentários

Portal do Bitcoin



1 Entrar ▾

Favorite 1

Tweet

Compartilhar

Ordenar por Mais votados ▾

Participe da discussão...

FAZER LOGIN COM

OU REGISTRE-SE NO DISQUS

Nome

Livre Mercado • 19 dias atrás

Belo e Moral

1 ^ | ▾ • Responder • Compartilhar ›

Delk Kalopsia • 19 dias atrás

CEO está completamente correto, qual a lógica de usar criptomoeda e ao mesmo tempo se identificar? Só falta dizer que o estado tem que regular as criptos.

Portal do Bitcoin é líder em notícias sobre bitcoin e mercado brasileiro de criptomoedas.



Notícias

Últimas notícias

Bitcoin

Criptomoedas

Blockchain

Brasil

Fintech



Compre e venda
criptomoedas



[Cotação das Criptomoedas](#)

[E-book Declaração IR Criptoativos](#)

[Calendário de Eventos](#)

[Sitemap](#)

Informações

[Quem somos](#)

[Contato](#)

[Anuncie](#)

[Trabalhe Conosco](#)

[Denúncia](#)



SF/22340.01673-03

© 2017-2021 Portal do Bitcoin. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo sem autorização prévia.



**Compre e venda
criptomoedas**

